



Processo: nº 5.203/2013 (b).

Origem: Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Assunto: Estudos Especiais.

Ementa: Representação nº 02/2012-SEFIPE. Estudos Especiais autorizados pela Presidência do TCDF.

. Forma de cálculo de Pensões Civis em que haja beneficiários detentores de Pensão Alimentícia. Aplicação dos arts. 30, 30-A, 30-B, 30-C e 30-D da Lei Complementar nº 769/2008, com a redação dada pela Lei Complementar nº 840/2011.

. Secretaria de Fiscalização de Pessoal manifestou-se pelo acolhimento das sugestões alinhadas às fls. 26/28, ciência da decisão aos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal e arquivamento destes autos (fls. 11/29).

. Parecer divergente do Ministério Público de Contas do DF (fls. 32/46).

. Observância do percentual fixado pelo Poder Judiciário em sede de Ação de Alimentos, por força da coisa julgada, garantia fundamental insculpida na Carta da República.

. Pelo acolhimento das proposições alinhadas no parecer ministerial.

. Ciência da decisão aos Órgãos e Entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal. Arquivamento destes autos.

RELATÓRIO

Estes autos foram inaugurados pela Representação nº 02/2012 – SEFIPE, que aponta a necessidade desta Corte de manifestar-se sobre a correta forma de cálculo da Pensão Civil, nos casos em que ocorrer a habilitação de beneficiários que percebam pensão alimentícia fixada pelo Poder Judiciário, por força de autorização contida nos artigos 30-A e 30-B da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, na redação conferida pelo art. 291 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011.



I – MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Da extensa instrução formulada pela **Secretaria de Fiscalização de Pessoal**, tenho por necessário reproduzir o que segue:

"2. A exordial teve como pressuposto evitar possível impacto financeiro decorrente de interpretações diversas que podem conduzir a resultados distintos na forma de cálculo dos benefícios em questão.

3. A ínclita Presidência, nos termos do v. Despacho de fl. 09, autorizou a realização de Estudos Especiais, cujos resultados passa-se a apresentar.

CONTEXTUALIZAÇÃO

4. As disposições do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal- RPPS/DF, reorganizado e unificado nos termos da Lei Complementar nº 769/08, nos autos referidas, são de seguinte teor:

Art. 30. As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte do pensionista.

§ 2º A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do pensionista.

Art. 30-A. São beneficiários da pensão:

I – vitalícia:

a) o cônjuge;

b) a pessoa separada judicialmente, divorciada ou cuja união estável foi legalmente dissolvida, com percepção de pensão alimentícia;

c) o companheiro ou companheira que comprove união estável;

d) a mãe ou o pai com percepção de pensão alimentícia;

II – temporária:

a) o filho ou o enteado até completar vinte e um anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

b) o menor sob tutela;

c) o irmão não emancipado até completar vinte e um anos de idade, ou, se inválido, enquanto



durar a invalidez, que perceba pensão alimentícia.

Parágrafo único. É vedada a concessão de pensão vitalícia:

I - ao beneficiário indicado no inciso I, c, se houver beneficiário indicado no inciso I, a;

II - a mais de um companheiro ou companheira.

Art. 30-B. O valor da pensão, calculado na forma do art. 29, deve ser rateado entre os habilitados de modo a individualizar a cota a que cada beneficiário faz jus.

§ 1º Não havendo dependentes previstos no **art. 30-A, I, b ou d, ou no art. 30-A, II, c, 1** deve-se observar, no cálculo da cota de cada pensionista, o seguinte:

I - havendo apenas um pensionista habilitado, o valor da cota corresponde ao valor da pensão;

II - ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor cabe aos habilitados à pensão vitalícia; a outra metade, aos habilitados à pensão temporária.

§ 2º Havendo dependentes previstos no **art. 30-A, I, b ou d, ou no art. 30-A, II, c**, aplica-se o seguinte:

I - a cota desses dependentes é calculada de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base para cálculo o valor total da pensão;

II- a cota dos demais dependentes, se houver, deve ser **calculada2 na forma do § 1º**, tendo como base para cálculo o saldo do valor da pensão que remanescer após deduzir a cota de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 3º O valor apurado na forma do § 2º, I, fica limitado pela cota devida a cada beneficiário da pensão vitalícia ou da pensão temporária.

Art. 30-C. A cota do pensionista que perdeu essa qualidade reverte-se, exclusivamente, para seu ascendente, descendente ou irmão que também seja pensionista do mesmo instituidor de pensão.

Art. 30-D. Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de mais de duas



pensões pagas por regime próprio de previdência social.

5.Órgãos da Administração distrital vêm adotando procedimentos díspares quando da concessão de pensão civil a interessados cuja qualificação como beneficiário depende da percepção de pensão alimentícia. É o que se verifica, ao examinar lançamentos no módulo Concessões do SIRAC, de onde se destacam os seguintes exemplos:

•Rateio de Cotas entre 2 (dois) beneficiários da pensão vitalícia com percepção de Pensão Alimentícia (PA) e um beneficiário da pensão temporária;

QUADRO I

| Ato nº 003754-6 - instituidor: José Andrade dos Santos | | | |
|--|---|------------------------|-------------|
| Beneficiário | Qualificação | Distribuição cotas (%) | Valor (R\$) |
| Beatriz R. Sirqueira | pessoa separada judicialmente (vitalícia com percepção de PA) | 34 | 1.949,55 |
| Joelice Maria Lins | ex-companheira (vitalícia com percepção de PA) | 15 | 860,10 |
| Lilian Lorryne A. Lins | filha menor (temporária) | 50 | 2.866,99 |
| Total da pensão | | 99 | 5.676,64 |

- Rateio de cotas entre 1 (um) beneficiário da pensão vitalícia com percepção de PA, 1 (um) da vitalícia sem PA e 2 (dois) da temporária sem PA;

QUADRO II

| Ato nº 3434-9 - instituidor: Onofre de Barros | | | |
|---|--|------------------------|-------------|
| Beneficiário | Qualificação | Distribuição cotas (%) | Valor (R\$) |
| Madalice Louredo S. Barros | separada judicialmente (vitalícia com percepção de PA) | 15 | 7.489,55 |
| Maria Nilda T. Oliveira | companheira (vitalícia) | 42,5 | 2.643,37 |
| Livia de Oliveira Barros | filha menor (temporária) | 21,25 | 3.744,78 |
| Rejane Louredo Barros | filha menor (temporária) | 21,25 | 3.744,78 |
| Total da pensão | | 100 | 17.622,48 |



- Rateio de cotas entre 2 (dois) beneficiários da pensão vitalícia com percepção de PA, 1 (um) da vitalícia sem PA e 1 (um) da temporária sem PA

QUADRO III

| Ato nº 1770-0 - instituidor: Francisco de Sales Vicente | | | |
|---|--|------------------------|-------------|
| Beneficiário | Qualificação | Distribuição cotas (%) | Valor (R\$) |
| Maria do Rosário Figueirêdo | separada judicialmente (vitalícia com percepção de PA) | 30 | 4.983,08 |
| *Francineide de Sousa Lima | ex-companheira (vitalícia com percepção de PA) | 15 | 2.491,54 |
| Maria da Guia N. Silva | companheira (vitalícia) | 27,5 | 4.567,82 |
| Monnara Laryssa S. Vicente | filha menor (temporária) | 27,5 | 4.567,82 |
| Total da pensão | | 100 | 16.610,26 |

*Conforme informações inseridas no módulo Concessões do SIRAC, a Sra. Francineide de Sousa Lima seria ex-companheira com percepção de alimentos de 27,5%, entretanto, em consulta ao módulo PAGMAN do SIGRH verificou-se que o percentual correto da pensão alimentícia é de 15%.

6. Diante desse cenário, impõem-se a necessidade de uniformizar a metodologia de cálculo engendrada pelos jurisdicionados a partir das inovações introduzidas pelo art. 291 da LC nº 840/11, dando unicidade às interpretações diversas, que, obviamente, vêm conduzindo a resultados distintos no cálculo e rateio de cotas dos benefícios de pensão.

CONSIDERAÇÕES

7. Preliminarmente, é bom que se diga que o pagamento de pensão civil pressupõe o preenchimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão (qualificação de beneficiários e critérios de rateio). Caso contrário, cessa-se peremptoriamente qualquer relação obrigacional do Estado decorrente do óbito do servidor.

8. Também de suma importância para o estudo tratado nos autos é o fato de que a LC nº 840/11 (art. 291), diferentemente da legislação anterior, inovou com a possibilidade de distribuição apenas parcial do benefício pensional, conforme alteração introduzida no inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08 (v.g. habilitação somente de ex-cônjuge com percepção de pensão alimentícia).



9. Isto porque o legislador distrital optou por manter, na medida do possível, o status quo dos beneficiários de pensão alimentícia, de modo que, regra geral, continuassem a receber a importância a eles paga, em vida, pelo próprio servidor, ou seja, não permitiu que houvesse por tais beneficiários ganhos adicionais com o óbito do servidor.

10. Disciplinou ainda que os habilitados, na condição de detentores de pensão alimentícia (PA), não poderiam perceber mais que os demais beneficiários que presumidamente coabitavam com o instituidor da pensão (viúva, companheira, filhos e enteados), conforme § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08.

11. Outro aspecto que deve ser levado em conta, para fins de rateio das cotas de pensão, é a concorrência entre beneficiários.

12. Nesse contexto, passemos à separação das duas possibilidades abrangidas na questão posta nos autos, qual seja, quando houver ou não dependentes, segurados do RPPS, cuja qualificação como beneficiário decorra da percepção de PA.

13. Faz-se necessário delimitar, como ponto de partida para a discussão, o disposto nos §§ 1º e 2º, inciso I, do artigo 30-B da LC nº 769/08, combinado com § 3º desse dispositivo:

a) não havendo habilitação de beneficiários da pensão com percepção de PA3:

a.1) habilitando-se apenas 1 (um) pensionista: o valor da cota corresponde ao valor da pensão (100%);

a.2) ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor cabe aos habilitados à pensão vitalícia (50%); a outra metade, aos habilitados à pensão temporária (50%);

b) havendo habilitação de beneficiários da pensão com percepção de PA:

b.1) habilitando-se apenas 1 (um) pensionista: o valor da cota é calculado de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base para cálculo o valor total da pensão. Ou seja, o legislador reconhece a possibilidade de haver parcela residual que não será distribuída;



b.2) ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, observa-se os seguintes procedimentos:

b.2.1) a metade do valor cabe aos habilitados à pensão vitalícia (50%); a outra metade, aos habilitados à pensão temporária (50%);

b.2.2) o valor da cota é calculado de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base para cálculo o valor total da pensão, considerando-se como limitador "a cota devida a cada beneficiário da pensão vitalícia ou da pensão temporária" (§§ 2º e 3º do art. 30-B da LC nº 769/08). Em outras palavras, o beneficiário detentor de PA não está autorizado a perceber mais que outro beneficiário da mesma condição (vitalício ou temporário).

14. Numa visão ampla da questão, sobressai a facilidade de compreensão da situação disposta na alínea "a" supra, em face da simplicidade das regras de rateio entre habilitados à pensão, quando a qualificação como beneficiário não decorra de percepção de alimentos.

15. A controvérsia surge com a habilitação de beneficiários com percepção de pensão alimentícia, dadas as disposições dos §§ 2º e 3º do artigo 30-B da LC nº 769/08, o que ocasionou, no âmbito da Administração distrital, interpretações divergentes acerca do rateio entre os dependentes do ex-servidor.

16. Desta feita, para fins de melhor elucidar a questão, permitindo a emissão de juízo de valor acerca da matéria, vamos considerar os seguintes estudos de casos, demonstrando a interpretação que deve ser adotada para fins de rateio da pensão entre os habilitados de modo a individualizar a cota a que cada beneficiário faz jus, consoante disposições da LC nº 769/08:

ESTUDO DE CASO 01

17. Considere-se a hipótese de haver somente 1 (um) beneficiário e com percepção de PA. A cota desse dependente é calculada de modo proporcional ao



valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base para cálculo o valor total da pensão (inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08). Cite-se, como exemplo, a pessoa separada judicialmente, com percepção de pensão alimentícia, cujo percentual de alimentos definido em sentença judicial corresponde a 30% (trinta por cento):

Gráfico 1 - Pensão vitalícia de único beneficiário, que perceba PA: deve-se respeitar o valor fixado a título de alimentos (§ 2º, I, do art. 30-B da LC nº 769/08).

ESTUDO DE CASO 02

18. Considere-se a hipótese de haver apenas beneficiários de pensão vitalícia (dois ou mais), todos com percepção de PA, ainda que em percentuais variados. Da mesma forma do exemplo anterior, as cotas desses dependentes serão calculadas de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida (percentual fixado em sentença judicial ou outro instrumento congênere), tendo como base de cálculo o valor total da pensão (inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08). Cite-se, como exemplo, a ocorrência de 2 (dois) beneficiários da pensão vitalícia, sendo o primeiro a pessoa separada judicialmente com percepção de pensão alimentícia no percentual de 30% (trinta por cento) e o segundo a mãe, com percepção de pensão alimentícia no percentual de 27% (vinte e sete por cento). Nesse caso, o rateio deve ser realizado de acordo com o percentual de alimentos:

Gráfico 2 - Rateio de cotas de pensionistas vitalícios, com percepção de alimentos: manutenção do percentual de alimentos (inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08).

19. Idêntico raciocínio se aplica na hipótese de haver apenas beneficiários de pensão temporária (dois ou mais), todos com percepção de PA.

ESTUDO DE CASO 03

20. Acrescente-se, em relação ao estudo de caso 02, a habilitação de um terceiro beneficiário da pensão temporária, por exemplo, o filho menor.

21. Nesse caso, os percentuais de ambos os pensionistas vitalícios não de ser ajustados, haja vista que estão limitados pela cota devida a cada beneficiário da pensão vitalícia ou da pensão temporária (50% para cada), conforme art. 30, caput, c/c o § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08, que



se reporta ao § 1º, inciso II, do mesmo dispositivo legal.

22. Desta feita, a cota de cada pensionista, inicialmente limitada pelo percentual de alimentos fixado, deve observar esse outro limitador, o que, por conseguinte, obriga a cota de cada beneficiário da pensão vitalícia ser reduzida de forma proporcional, para se respeitar a regra definida no § 1º, inciso II, do art. 30-B da LC nº 769/08 (limite de 50% para pensão vitalícia). Assim, os percentuais desses dois beneficiários vitalícios com percepção de PA devem ser ajustados de maneira que o percentual que está ultrapassando (7%) o limite definido para a pensão vitalícia (50%) seja absorvido pelos beneficiários de forma diretamente proporcional aos percentuais de alimentos (regra de três simples⁴):

Gráfico 3 - Ajuste de cotas de pensionistas, com percepção de alimentos, limitado pela regra do art. 30, caput, c/c o inciso II do § 1º do art. 30-B da LC nº 769/08 - cota de Pensão Vitalícia (50%) + cota de Pensão Temporária (50%).

ESTUDO DE CASO 04

23. Noutro giro, partindo do estudo de caso 03, considere-se a substituição do filho menor pelo irmão inválido com percentual de alimentos fixado em 15% (quinze por cento).

24. Da mesma forma, os percentuais de ambos os pensionistas vitalícios hão de ser ajustados, posto que devem ser limitados pela cota devida a cada beneficiário da pensão vitalícia ou da pensão temporária, observando o limitador constante na regra definida no art. 30, caput, c/c o § 1º, inciso II, do art. 30-B da LC nº 769/08 (limite de 50% para pensão vitalícia). Consequentemente, percentuais desses dois beneficiários vitalícios com percepção de PA também serão reduzidos de maneira que o percentual que está ultrapassando (7%) o limite definido para a pensão vitalícia (50%) seja absorvido pelos beneficiários de forma diretamente proporcional aos percentuais de alimentos (regra de três simples).

25. Nessa situação, evidencia-se a possibilidade de não haver distribuição de parte da pensão temporária remanescente, após o cálculo da cota do beneficiário com percepção de alimentos de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida (15%), tendo como base de cálculo o valor



total da pensão (inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08):

Gráfico 4 - Ajuste de cotas de pensionistas, com percepção de alimentos, limitado pela regra do art. 30, caput, c/c o inciso II do § 1º do art. 30-B da LC nº 769/08: cota de Pensão Vitalícia (50%) + cota de Pensão Temporária (50%).

ESTUDO DE CASO 05

26. Resta apenas tratarmos da restrição contida no § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08, no sentido de que os habilitados à pensão com PA não poderiam perceber mais que os demais beneficiários que presumidamente coabitavam com o instituidor da pensão (viúva, companheira, filhos e enteados). Para tanto, podemos citar o seguinte exemplo:

- a. 2 (dois) beneficiários da pensão vitalícia, sendo, o primeiro, pessoa separada judicialmente com percepção de pensão alimentícia no percentual de 30% (trinta por cento) e, o segundo, o cônjuge; e
- b. 2 (dois) beneficiários da pensão temporária, sendo o primeiro a filha menor e o segundo o irmão inválido com percepção de pensão alimentícia no percentual de 10% (dez por cento).

27. Nesse caso, após dividir o benefício em duas partes iguais entre beneficiários vitalícios (50%) e temporários (50%), conforme estudos de casos 3 e 4, faz-se necessário reduzir o percentual do beneficiário vitalício com PA, de forma a não ultrajar o percentual do cônjuge (25%), em atendimento ao contido no § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08. Quanto à pensão temporária, observa-se que o percentual da filha menor corresponde ao remanescente da pensão temporária (40%), após deduzido o percentual de PA percebido pelo irmão inválido (10%). Assim o rateio de cotas deve ser realizado da seguinte forma:

Gráfico 4 - Rateio de cotas de pensionistas, com percepção de alimentos, ajuste limitado pela regra do art. 30, caput, c/c o inciso II do § 1º do art. 30-B da LC nº 769/08: cotas de beneficiários da Pensão Vitalícia (50%) e Temporária (50%).

28. Verifica-se, portanto, que, em havendo habilitação de beneficiários de pensão, seja vitalícia ou temporária, com percepção de PA, podemos definir como parâmetro, para o cálculo e



rateio de cotas, sempre respeitar o percentual definido para os alimentos, desde que se observe:

- a. os percentuais definidos para os demais beneficiários em decorrência da aplicação da regra insculpida no art. 30, caput, c/c o § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08, que se reporta ao § 1º, inciso II, do mesmo dispositivo legal (50% para vitalícios + 50% para temporários);
- b. o limite imposto pela cota devida a cada beneficiário da pensão vitalícia ou da pensão temporária que não perceba PA (§ 3º do art. 30-B da LC nº 769/08).

29. Nesse contexto, vejamos, então, como essa regra seria aplicada no sentido de uniformizar a metodologia de cálculo utilizada pelos jurisdicionados do TCDF a partir das inovações introduzidas pelo art. 291 da LC nº 840/11, considerando os ajustes necessários para correção de disparidades de interpretações nos casos concretos apresentados nos quadros I, II e III (fls. 13/14):



| COMO FOI REALIZADO O RATEIO DAS COTAS DE PENSÃO | COMO DEVE SER REALIZADO O RATEIO DAS COTAS DE PENSÃO |
|---|---|
| Quadro I de fl. 13: <u>Temporária:</u> 50% filha menor + <u>Vitalícia:</u> 34% pessoa separada judicialmente (PA) + 15% ex-companheira (PA) = total 99% | Ajuste: desnecessário, pois o benefício foi dividido em partes iguais entre vitalícios e temporários e foram respeitados os percentuais de Temporária (50%) e de Vitalícia (PA's de 34% + 15% + 1% sem distribuição) = total 100% |
| Quadro II de fl. 14: <u>Temporária:</u> 2 x 21,25% filhas menores + <u>Vitalícia:</u> 15% pessoa separada judicialmente (PA) + 42,5% companheira = total 100% | Ajuste: pensão temporária de 50% (2 x 25% filhas menores) e pensão vitalícia de 50% (pessoa separada judicialmente com PA de 15% + companheira de 35%) = total 100% |
| Quadro III de fl. 14: <u>Temporária:</u> 27,5% filha menor + <u>Vitalícia:</u> 30% pessoa separada judicialmente (PA) + 15% ex-companheira (PA) + 27,5% ex-companheira = total 100% | Ajuste: pensão temporária de 50% (filha menor) e pensão vitalícia de 50% (pessoa separada judicialmente com percepção de PA: redução p/ 20% , ex-companheira com percepção de PA: redução p/ 10% , respeitando o limite da cota da beneficiária vitalícia - companheira (20%), que, nesse caso, restou definida pela redução proporcional dos percentuais dos demais beneficiários com percepção de PA, de forma que não houvesse ultraje de sua cota) = total 100% |

30. A metodologia adotada pelos jurisdicionados nos Quadros II e III decorre de interpretações que primam pela manutenção do status quo dos dependentes com percepção de PA em detrimento à subsistência daqueles dependentes de 1ª ordem, que presumidamente coabitavam com o ex-servidor (viúva, companheira, filhos e enteados). Essa medida contraria a ordem prevista no § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08 e se mostra desarrazoada, uma vez que configura proteção irrestrita aos dependentes com percepção de PA, pela manutenção de seus percentuais de alimentos, sem levar em conta:

- a) a regra de que nenhum beneficiário de PA (vitalício ou temporário) pode perceber além do que vier a receber o beneficiário do mesmo grupo (vitalício ou temporário);
- b) o ônus a ser suportado pelos demais dependentes do instituidor da pensão, o que,



de forma irrefutável, deve ser corrigido ao amparo das inovações introduzidas na LC nº 769/08 pelo art. 291 da LC nº 840/11.

31. No que se refere ao ajuste realizado para adequação da situação demonstrada no Quadro III, convém demonstrar outra peculiaridade no que se refere à fórmula de cálculo utilizada para definir o rateio de cotas dos beneficiários, sobretudo, considerando o fato de que a cota destinada ao beneficiário vitalício da pensão sem PA não deve ser inferior à maior cota dos beneficiários vitalícios que percebam PA, conforme § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08 já referido. Senão vejamos:

Dados:

I. há habilitados à pensão temporária e à vitalícia, portanto, o benefício deve destinar, inicialmente, 50% para cada grupo:

II. beneficiários e respectivos percentuais:

a) pensão temporária (50%), sendo:

filha menor - 50%

b) pensão vitalícia (50%), sendo:

com percepção de PA:

ex-companheira - 15%

pessoa separada judicialmente - 30%

sem percepção de PA:

companheira - 30%

III. cálculo das cotas dos beneficiários de pensão vitalícia (regra de três simples⁶):

com percepção de PA:

ex-companheira - 10%

pessoa separada judicialmente - 20%

sem percepção de PA:

companheira - 20%

CONCLUSÕES

32. Assim, considerando imprescindível a conjugação da regra definida no art. 30, caput, c/c o § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08, que se reporta ao § 1º, inciso II, do mesmo dispositivo legal (50% para pensão vitalícia e 50% para pensão temporária) com a regra que limita o percentual definido em PA pela cota devida a cada beneficiário da pensão vitalícia ou da pensão temporária (§§ 2º, inciso I, e 3º do artigo 30-B da LC nº 769/08), é de se concluir que



a melhor exegese dos dispositivos que regulamentam o rateio de cotas de pensão, arts. 30, 30-A, 30-B, 30-C e 30-D da Lei Complementar nº 769/08, na redação conferida pelo art. 291 da Lei Complementar nº 840/11, deve observar os seguintes parâmetros:

a) havendo apenas beneficiários habilitados sem percepção de PA:

a.1) se houver apenas um pensionista habilitado, o valor da cota corresponde ao valor da pensão (100%);

a.2) se houver habilitados às pensões vitalícia e temporária, metade do valor cabe aos habilitados à pensão vitalícia (50%); a outra metade, aos habilitados à pensão temporária (50%);

b) havendo beneficiários com percepção de PA previstos no art. 30-A, I, b ou d, ou no art. 30-A, II, c, da LC nº 769/08:

b.1) habilitando-se apenas beneficiário ou beneficiários detentores de PA (vitalícios ou temporários), a cota é calculada de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base para cálculo o valor total da pensão;

b.2) habilitando-se apenas beneficiários detentores de PA (vitalícios e temporários), as cotas serão calculadas:

b.2.1) com a divisão inicial entre beneficiários vitalícios e beneficiários temporários seguindo a regra insculpida no art. 30, caput, c/c o § 1º, II, do artigo 30-B da LC nº 769/08 (50% para vitalícios / 50% para temporários);

b.2.2) de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base de cálculo o valor total da pensão;

b.2.3) observada a alínea precedente, caso a soma dos percentuais de PA dos beneficiários, dentro de cada grupo (vitalícios ou temporários), ultrapasse o limite de 50%, a parcela residual deverá ser absorvida por tais beneficiários de forma diretamente proporcional



aos percentuais de alimentos a que fazem jus (regra de três simples);

b.3) habilitando-se beneficiários com e sem percepção de PA (vitalícios ou temporários), deve ser observado que a cota dos habilitados sem percepção de PA:

b.3.1) complementa o que falta para atingir o percentual de 100%, seja vitalícia ou temporária;

b.3.2) serve de parâmetro para limitar o percentual das cotas dos habilitados com percepção de PA, conforme previsto no § 3º do artigo 30-B da LC nº 769/08;

b.4) habilitando-se beneficiários com e sem percepção de PA (vitalícios e temporários), as cotas desses dependentes serão calculadas:

b.4.1) com a divisão inicial entre beneficiários vitalícios e beneficiários temporários, conforme regra insculpida no § 1º, II, do artigo 30-B da LC nº 769/08 (50% para vitalícios / 50% para temporários);

b.4.2) de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base de cálculo o valor total da pensão (§ 2º, I, do art. 30-B da LC nº 769/08);

b.4.3) observando-se que a cota dos habilitados sem percepção de PA:

b.4.3.1) complementa o que falta para atingir o percentual de 50%, seja vitalícia ou temporária;

b.4.3.2) serve de parâmetro para limitar o percentual das cotas dos habilitados com PA, conjugando-se a aplicação da regra do § 1º, II, do artigo 30-B da LC nº 769/08 (50% para vitalícios / 50% para temporários), com a prevista nos §§ 2º, I, e 3º do artigo 30-B da LC nº 769/08;



Pelo exposto, sugere-se ao Tribunal:

I. definir que, no rateio de cotas de pensão civil decorrente da aplicação dos dispositivos da LC nº 769/08, na redação conferida pelo art. 291 da LC nº 840/11, devem ser observados os seguintes parâmetros:

a) havendo apenas beneficiários habilitados sem percepção de pensão alimentícia - PA (art. 30-B, § 1º, da LC nº 769/08):

a.1) se houver apenas um pensionista habilitado, o valor da cota corresponde ao valor da pensão (100%);

a.2) se houver habilitados às pensões vitalícia e temporária, metade do valor cabe aos habilitados à pensão vitalícia (50%); a outra metade, aos habilitados à pensão temporária (50%);

b) havendo beneficiários com percepção de pensão alimentícia - PA previstos no art. 30-A, I, b ou d, ou no art. 30-A, II, c, da LC nº 769/08:

b.1) habilitando-se apenas beneficiário ou beneficiários detentores de PA (vitalícios ou temporários), a cota é calculada de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base para cálculo o valor total da pensão;

b.2) habilitando-se apenas beneficiários detentores de PA (vitalícios e temporários), as cotas serão calculadas:

b.2.1) com a divisão inicial entre beneficiários vitalícios e beneficiários temporários seguindo a regra insculpida no art. 30, caput, c/c o § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08, que se reporta ao § 1º, inciso II, do mesmo dispositivo legal (50% para vitalícios / 50% para temporários);

b.2.2) de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base de



cálculo o valor total da pensão;

b.2.3) observada a alínea precedente, caso a soma dos percentuais de PA dos beneficiários, dentro de cada grupo (vitalícios ou temporários), ultrapasse o limite de 50%, a parcela residual deverá ser absorvida por tais beneficiários de forma diretamente proporcional aos percentuais de alimentos a que fazem jus (regra de três simples);

b.3) habilitando-se beneficiários com e sem percepção de PA (vitalícios ou temporários), deve ser observado que a cota dos habilitados sem percepção de PA:

b.3.1) complementa o que falta para atingir o percentual de 100%, se vitalícia ou temporária;

b.3.2) serve de parâmetro para limitar o percentual das cotas dos habilitados com PA, conforme previsto no § 3º do artigo 30-B da LC nº 769/08;

b.4) habilitando-se beneficiários com e sem percepção de PA (vitalícios e temporários), as cotas serão calculadas:

b.4.1) com a divisão inicial entre beneficiários vitalícios e beneficiários temporários, conforme regra insculpida no art. 30, caput, c/c o § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08, que se reporta ao § 1º, inciso II, do mesmo dispositivo legal. (50% para vitalícios / 50% para temporários);

b.4.2) de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base de cálculo o valor total da pensão (§ 2º, I, do art. 30-B da LC nº 769/08);



b.4.3) observando-se que a cota dos habilitados sem percepção de PA:

b.4.3.1) complementa o que falta para atingir o percentual de 50%, seja vitalícia ou temporária;

b.4.3.2) serve de parâmetro para limitar o percentual das cotas dos habilitados com PA, conjugando-se a aplicação da regra do art. 30, caput, c/c o § 1º, II, do artigo 30-B da LC nº 769/08 (50% para vitalícios / 50% para temporários), com a prevista nos §§ 2º, I, e 3º do artigo 30-B da LC nº 769/08;

II. encaminhar aos órgãos e entidades (autarquias e fundações) jurisdicionados do Complexo Administrativo do DF cópia da presente instrução e da decisão que vier a ser proferida;

III. autorizar o arquivamento dos autos."

1 beneficiários da pensão com percepção de pensão alimentícia.

2 Remete ao inciso II do § 1º do art. 30-B da LC nº 769/08, vez que a aplicação do inciso I pressupõe a existência de apenas um beneficiário.

3 dependentes previstos no art. 30-A, I, b ou d, ou no art. 30-A, II, c, da LC nº 769/08.

4 Demonstração da regra de três aplicável ao Estudo de Caso 03, redução proporcional ao percentual de alimentos:

5 A diferença pura e simples entre o percentual destinado à pensão vitalícia (50%) e o somatório dos percentuais das PA's (45%) seria 5%. Porém, nesses casos, considerando que a cota destinada ao beneficiário sem PA não pode ser menor que o maior percentual entre os beneficiários com PA (30%), deve-se ter como parâmetro para a outra beneficiária vitalícia (companheira) idêntico percentual (30%).



6 ajuste de cotas mediante regra de três simples:

II – PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Em parecer divergente, o **Ministério Público de Contas** manifestou o seguinte entendimento:

"8. Os autos, assim, vieram ao Ministério Público para emissão de parecer. De início, deseja o Parquet parabenizar a Sefipe pela iniciativa de estudos voltados à uniformização da metodologia de cálculo engendrada a partir das inovações trazidas pela LC nº 840/11, a par de condutas díspares de jurisdicionados identificadas em registros lançados no Módulo Concessões/SIRAC.

9. Também a Informação nº 036/2013-SEFIPE/GAB está muito bem lançada, fazendo minucioso estudo da matéria.

10. Inobstante, quanto à interpretação descortinada pela nobre unidade técnica, pede vênica este órgão ministerial para expressar opinião diversa.

11. É de observar que o ponto a merecer acurado exame cinge-se aos casos em que, dentre os habilitados à pensão civil, haja beneficiários de pensão alimentícia judicial, cujo cálculo de respectivas cotas deva ser apurado com base nos §§ 2º e 3º do art. 30-B da LC nº 769/08, assim vazados:

Art. 30-B. O valor da pensão, calculado na forma do art. 29, deve ser rateado entre os habilitados de modo a individualizar a cota a que cada beneficiário faz jus.

(...)

§ 2º Havendo dependentes previstos no art. 30-A, I, b ou d, ou no art. 30-A, II, c, aplica-se o seguinte:

I - a cota desses dependentes é calculada de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base para cálculo o valor total da pensão;

II - a cota dos demais dependentes, se houver, deve ser calculada na forma do § 1º, tendo como base para cálculo o saldo do valor da pensão que remanescer após deduzir a cota de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 3º O valor apurado na forma do § 2º, I, fica limitado pela cota devida a cada beneficiário da pensão vitalícia ou da pensão temporária.



12. Primeiramente, entende o Parquet que, havendo eventual habilitado titular de PA, independentemente da natureza dessa habilitação (vitalícia ou temporária), o legislador remete diretamente às regras constantes do § 2º acima transcrito, cujos incisos, por sua vez, trazem a sequência de passos a serem observados pelo aplicador do direito para a individualização de cotas dos pensionistas porventura habilitados.

13. Assim, o primeiro passo a tomar, a teor do inciso I do sobredito parágrafo, é definir a cota dos dependentes detentores de PA, a qual será proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base para cálculo o valor total da pensão (calculada na forma do art. 29¹). Ou seja, a cota desses beneficiários corresponderá, precisamente, ao percentual definido judicialmente, que deverá incidir, a seu turno, sobre o valor integral da pensão estatutária, definido na forma do art. 29.

14. Somente após definidas as sobreditas cotas é que, então, se houver outros dependentes, nos termos do inciso II, executar-se-á o segundo passo, vale dizer, proceder-se-á ao cálculo das cotas correspondentes, tendo, porém, uma nova base de cálculo, que advirá da dedução dos valores antes definidos do quantum total da pensão. Atente-se, no caso, que o cálculo dessas últimas cotas deve observar os parâmetros constantes do § 1º, incisos I e II, do art. 30-B, aí, sim, considerando a natureza da habilitação (vitalícia ou temporária) dos concorrentes, para fins de definição do rateio.

15. Com relação ao critério limitador estabelecido no § 3º do sobredito artigo, em face das cotas definidas para os dependentes detentores de PA, depreende-se deva incidir tendo por parâmetro, exclusivamente, as cotas dos beneficiários que integrem o mesmo grupo (vitalício ou temporário), ou seja, sem cotejamento cruzado.

16. Ao sentir do Parquet, a metodologia de cálculo antes discriminada comporta parâmetros simples e fáceis de serem compreendidos, aplicados e

¹No que interessa:

“Art. 29. A pensão por morte, conferida ao conjunto dos dependentes do segurado falecido a partir de 20 de fevereiro de 2004, data de publicação da Medida Provisória nº 167, que originou a Lei federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, corresponderá:

I – à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a esse limite;

II – à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a esse limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.”



operacionalizados em meio informatizado de pagamento, não nos parecendo, de outra parte, que tenha havido qualquer pretensão do legislador distrital, ao assegurar o direito de pensão estatutária a beneficiários de alimentos fixados judicialmente, revolucionar a forma de rateio de cotas até então utilizada.

17. A título de simulação da sobredita metodologia, para sua melhor compreensão, tomemos adiante, como exemplo², os casos apresentados pela unidade técnica, excetuando-se o primeiro, no qual somente 1 (um) beneficiário com percepção de PA (30% dos vencimentos do servidor) concorreria à pensão por morte, cujo valor, na hipótese, corresponderia ao percentual definido judicialmente, preservando-se a condição econômica do único habilitado, nos termos do inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08.

18. O caso II também não comportaria dificuldade, pois envolve 2 (dois) beneficiários com percepção de PA, sendo o primeiro, pessoa separada judicialmente com direito a percentual de 30% (trinta por cento) e o segundo, a mãe, com direito ao percentual de 27% (vinte e sete por cento), que, da mesma forma que o 1º caso, com esteio naqueles mesmos preceitos, preservariam ditas percepções econômicas, tendo por base o valor total da pensão, restando 43% (quarenta e três por cento) desse total sem distribuição.

19. O caso III considera os mesmos componentes do caso anterior, concorrendo com beneficiário de pensão temporária, no exemplo, filho menor. Pela metodologia concebida nesta aplicação simulada, os beneficiários de PA preservariam os percentuais fixados judicialmente (30% e 27%), à luz da regra do inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08. A cota do filho menor seria definida nos termos do inciso II do mesmo parágrafo, ou seja: apura-se uma nova base de cálculo, resultante da subtração das cotas antes definidas (57%) do valor total da pensão (100%), correspondendo, assim, a 43% desse total; sendo o filho menor o único beneficiário a concorrer sobre essa nova base de cálculo, definida está sua cota.

20. Necessário observar que, nesse caso, há clara distinção em relação ao rateio apurado na instrução (fl. 19). Isso porque, salvo engano, assumira o órgão técnico, como premissa - por conta do

² Lembrando que são hipóteses exemplificativas de rateio pensional, não exaustivas, portanto, à vista de ampla gama de composição de beneficiários.



preconizado no art. 30, caput, c/c o § 2º do art. 30-B, da LC nº 769/08, que se reporta ao § 1º, inciso II, deste mesmo artigo -, que, havendo habilitados às pensões vitalícia e temporária, dever-se-ia, como 1º passo, considerar particionado o valor total da pensão (50% para cada grupo), constituindo esse percentual, então, "limitador" às cotas dos beneficiários de PA que integrem um mesmo grupo. Entende-se, contudo, que esse outro "limitador" não se confunde com aquele de que trata o § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08.

21. Procedeu dessa forma o nobre órgão técnico, ao nosso sentir, sob o juízo de que seria desarrazoado primar pela manutenção do status quo dos dependentes com percepção de PA em detrimento à subsistência daqueles de 1ª ordem, que, presumidamente, coabitariam com o instituidor da pensão (viúva, companheira, filhos e enteados).

22. Com a devida vênia, não nos parece ser esse o sentido das novas regras. Ao contrário, deflui-se da inovação legislativa o intuito de preservar, o mais próximo da realidade, a situação vivenciada por todos aqueles economicamente dependentes do servidor, sem olvidar, também, que a subsistência deste e, porventura, de sua família já estaria privada das parcelas alimentícias a que, judicialmente, obrigava-se a prestar.

23. Além disso, resta há muito aberta a possibilidade de revisão de alimentos fixados, caso assim repute cabível qualquer das partes, na medida em que, para tanto, via de regra, impõe-se ponderar o binômio necessidade-possibilidade (necessidades do alimentando e possibilidades econômico-financeiras do alimentante).

24. Vejamos, agora, o caso IV, distinto do anterior apenas pela substituição do filho menor por irmão inválido com percentual de alimentos fixado em 15% (quinze por cento).

25. Nessa hipótese, como no caso II, nenhuma dificuldade haveria, pois, à luz da regra do inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08, independente da natureza da pensão na qual se enquadrassem (vitalícia ou temporária), todos os dependentes habilitados teriam direito aos percentuais de PA que percebiam (30% - pessoa separada judicialmente; 27% - mãe; e 15% - irmão inválido), restando sem distribuição 28% do valor total da pensão. Todavia, assim como no caso anterior, a metodologia proposta pela unidade



técnica resultou cotas diversas, em prejuízo de dois dependentes (fl. 20).

26. No estudo do caso V, voltado a verificar a incidência do limitador previsto no § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08, considerou-se a seguinte composição de dependentes do servidor:

a) 2 (dois) beneficiários de pensão vitalícia, sendo, o primeiro, pessoa separada judicialmente com percepção de PA fixada em 30% (trinta por cento), e, o segundo, o cônjuge; e

b) 2 (dois) beneficiários de pensão temporária, sendo, o primeiro, filha menor, e, o segundo, irmão inválido, titular de PA em 10% (dez por cento).

27. Atento ao 1º passo (inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08), a princípio, os dependentes titulares de PA preservariam seus respectivos percentuais, que incidiriam sobre o valor total da pensão (base de cálculo). Assim, num 2º passo (inciso II do § 2º do art. 30-B), caberia ao cônjuge (beneficiário vitalício) e à filha menor (beneficiário temporário) o rateio do saldo do valor da pensão remanescente após dedução das cotas anteriormente definidas (30% + 10%), ou seja, no caso, 60% da base de cálculo original (novo valor-base). Cuidando-se de beneficiários de ordens distintas, habilitar-se-ão ambos, cada um na sua ordem, à metade do novo valor-base. Em números, então, teríamos: 30% do valor total da pensão (50% de 60% da base de cálculo original), tanto para o cônjuge quanto à filha menor.

28. Observe-se nesse exemplo que a cota pensional relativa à pessoa separada judicialmente com PA (30%) não supera a do beneficiário de mesma ordem (vitalícia), que é a do cônjuge (também 30%), dispensando-se, assim, a incidência do limitador previsto no § 3º do art. 30-B. Da mesma forma, em relação aos beneficiários temporários (10% ao irmão inválido com PA e 30% à filha menor). Isso, considerando o juízo ministerial alhures enunciado, acerca do sentido do sobredito preceito e aplicação do limitador, de que a comparação percentual deve-se dar dentre os beneficiários de pensão vitalícia ou da pensão temporária, e não de forma cruzada.

29. Assim como nas duas últimas simulações, diversos foram os resultados apresentados na instrução (fl. 21).

30. A composição do caso V, como visto, não se mostrou hábil a atrair a incidência do aludido



limitador, a denotar, assim, que sua ocorrência limitar-se-á a hipóteses pouco comuns. Nesse sentido, imaginemos, por exemplo, a seguinte composição de dependentes de servidor:

- habilitandos: cônjuge; pessoa separada judicialmente (c/ PA de 10%); irmão inválido (c/ PA de 10%); e 4 (quatro) filhos e um enteado menores de 21 anos.

31. Pela metodologia aqui defendida, 20% do valor total da pensão seria, a princípio, partilhado entre os então titulares de PA (10% para cada). Ao saldo remanescente (80%), concorreriam o cônjuge (beneficiário vitalício), os filhos e o enteado menores (beneficiários temporários). A cota desses dependentes, por sua vez, seria calculada na forma do § 1º do art. 30-B, mais especificamente, de acordo com seu inciso II, **verbis**: "II - ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor cabe aos habilitados à pensão vitalícia; a outra metade, aos habilitados à pensão temporária."

32. Teríamos, então, como resultado dessa regra: 50% de 80% do valor total da pensão (40%) caberia ao cônjuge; a outra metade (40%) seria partilhada entre os 5 (cinco) beneficiários temporários, resultando em cotas individuais de 8%.

33. Atente-se, com isso, que a cota do irmão inválido (c/ PA), destinatário de pensão temporária, supera em 2% a cota devida aos demais beneficiários de mesma ordem, o que tornaria necessário, então, aplicar o limitador preconizado no § 3º do art. 30-B.

34. Todavia, ao aplicar dito limitador, reduzindo a cota daquele beneficiário para 8%, a parte glosada (2%) ficaria sem destinação, e não se vislumbra positivada na norma qualquer regra destinada à solução desse impasse.

35. Em casos tais, diante da aparente lacuna normativa, cabe ao intérprete lançar mão de critério para integrá-la, juridicamente, criando uma norma individual, dentro dos limites estabelecidos pelo direito (LICC, arts. 4º e 5º), isto é, fazendo-se uso da analogia, do costume e dos princípios gerais de direito.

36. Assim, à luz dessas fontes subsidiárias do direito, porém não vislumbrando situação análoga amparada pelo sistema legal (do DF ou, em matéria correlata, da União), é que se entende que, por força da equidade, para o caso hipotético sob



exame, a parte glosada deva ser rateada entre todos os beneficiários da pensão temporária, incluindo aquele com cota sujeito à glosa. Tal critério, ao ver deste órgão ministerial, implicaria menor ônus aos destinatários do benefício, sem obviar a previsão do § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08. No exemplo citado, então, a cota individual restaria fixada em 8,33%.

37. Ainda respeitante ao emblemático exemplo, em caso de superveniente perda da qualidade de um dos pensionistas, a destinação da respectiva cota deverá observar os termos do art. 30-C³ do mesmo diploma, sem se perder de foco o critério limitador antes ressaltado.

38. Pelos exemplos aduzidos pode-se perceber que não se exigem maiores esforços exegeticos ou de aplicação matemática para identificação das cotas individuais de beneficiários da pensão por morte de servidor público distrital, sendo bastante seguirem-se os passos logicamente sinalizados no art. 30-B da LC nº 769/08, na presença ou não de dependentes com percepção de pensão alimentícia.

39. Por fim, a par do sobredito juízo, vejamos como ficariam os casos identificados no SIRAC que demonstraram a necessidade do presente estudo, em louvável iniciativa, volta-se a frisar, da inclita Secretaria de Fiscalização de Pessoal.

• **Ato nº 003754-6 - instituidor: José Andrade dos Santos**

DISTRIBUIÇÃO DE COTAS da pensão: 34% para pessoa separada judicialmente (no mesmo percentual da PA); 15% para a ex-companheira (no mesmo percentual da PA); e 50% para a filha menor de idade.

DADOS DO SIRAC:

Distribuição de Cotas

Beneficiário Percentual(%) Valor

BEATRIZ RODRIGUES SIRQUEIRA 34,00 R\$ 1.949,55

JOELICE MARIA LINS 15,00 R\$ 860,10

LILIAN LORRAYNE ANDRADE LINS 50,00 R\$ 2.866,99

Total da Pensão: 99,00 R\$ 5.676,64

Comentários:

³ Art. 30-C. A cota do pensionista que perdeu essa qualidade reverte-se, exclusivamente, para seu ascendente, descendente ou irmão que também seja pensionista do mesmo instituidor de pensão.



1) correta a fixação (e preservação do direito assegurado judicialmente) dos percentuais aos dependentes titulares de PA (34 e 15%), nos termos do inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08;

2) à luz, porém, do inciso II do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08, c/c o inciso I do § 1º do mesmo artigo, a filha menor (única pensionista habilitada sem PA) teria como cota o saldo do valor da pensão remanescente após dedução das cotas dos dependentes titulares de PA. Ou seja, perceberia 51% (e não 50%, como fixado) do valor total da pensão⁴ (R\$ 5.733,98), resultando, assim, em 100% de distribuição do benefício;

3) hipótese onde não se exige a aplicação do limitador tratado no § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08.

• **Ato nº 003434-9 - instituidor: Onofre de Barros**

DISTRIBUIÇÃO DE COTAS da pensão: 15% para pessoa separada judicialmente (no mesmo percentual da PA); o restante, dividido entre a companheira (vitalícia - 42,5%) e duas filhas menores (temporária - 21,25% para cada).

DADOS DO SIRAC:

Distribuição de Cotas

Beneficiário Percentual(%) Valor

MARIA NILDA TEIXEIRA DE OLIVEIRA 42,50 R\$ 7.489,55

MADALICE LOUREDO DA SILVA BARROS 15,00 R\$ 2.643,37

LÍVIA DE OLIVEIRA BARROS 21,25 R\$ 3.744,78

REJANE LOUREDO BARROS 21,25 R\$ 3.744,78

Total da Pensão: 100,00 R\$ 17.622,48

- Comentários:

1) correta a fixação do percentual ao dependente titular de PA (15%), nos termos do inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08;

2) à luz do inciso II do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08, c/c o inciso II do § 1º do mesmo artigo, corretas, igualmente, as cotas fixadas para a companheira (única pensionista vitalícia sem PA - 50% de 85% do valor total da pensão) e para as filhas (pensionistas temporárias sem PA - 21,25%, cota individual pela partilha de 50% de 85% do valor total da pensão);

⁴ Esse valor deve ser previamente apurado nos termos do art. 29 da LC nº 769/08.



3) como no anterior, desnecessidade de aplicação do § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08.

• **Ato nº 001770-9 - instituidor: Francisco de Sales Vicente**

DISTRIBUIÇÃO DE COTAS da pensão: 30% para pessoa separada judicialmente (no mesmo percentual da PA); 15% para a ex-companheira (no mesmo percentual da PA); e o restante, dividido entre a companheira (vitalícia - 27,5%) e a filha menor (temporária - 27,5%).

DADOS DO SIRAC:

Distribuição de Cotas

Beneficiário Percentual(%) Valor

MARIA DO ROSÁRIO FIGUEIRÊDO 30,00 R\$ 4.983,08

FRANCINEIDE DE SOUSA LIMA 15,00 R\$ 2.491,54

MARIA DA GUIA N. SILVA 27,50 R\$ 4.567,82

MONNARA LARYSSA S. VICENTE 27,50 R\$ 4.567,82

Total da Pensão: 100,00 R\$ 16.610,26

Comentários:

1) a princípio, correta a adoção do 1º passo para fixação dos percentuais aos dependentes titulares de PA (30 e 15%), nos termos do inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08;

2) à luz do inciso II do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08, c/c o inciso II do § 1º do mesmo artigo, seguira-se, também corretamente, o 2º passo, destinado a apurar as cotas da companheira (única pensionista vitalícia sem PA) e da filha (única pensionista temporária sem PA), as quais, por sua vez, incidirão sobre uma nova base de cálculo - 55% do valor total da pensão -, decorrente da dedução das cotas apuradas para os dependentes titulares de PA. O cálculo, então, para cada uma dessas beneficiárias é 50% (pela presença única de pensionistas vitalícia e temporária) de 55% do valor total da pensão, resultando em cotas individuais de 27,50%;

3) observe-se que, a teor do § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08, tanto a pessoa separada judicialmente quanto a ex-companheira, ambas titulares anteriores de PA, teriam suas respectivas cotas limitadas pela de beneficiários de mesma ordem (vitalícia), no caso, a companheira do servidor (27,5%). Nessa hipótese, considerando a necessidade de glosa da cota



apurada para a pessoa separada judicialmente (30%), por conta do limitador, e não havendo regra própria regulando esse fato, entende-se deva o excedente (2,5%) ser partilhado, tão somente⁵, entre a companheira e a dependente cuja cota sujeita-se à glosa, utilizando-se do critério suscitado no parágrafo 36 deste parecer. Assim, a companheira e a pessoa separada judicialmente participariam do rateio do benefício com idênticas cotas (28,75%), respeitando-se, então, todos os procedimentos consubstanciados no art. 30-B da LC nº 769/08.

40. Desse modo, em conclusão, para efeito de uniformizar a forma de cálculo das pensões civis com base nas regras consubstanciadas no art. 30-B da LC nº 769/08, tendo em conta eventual habilitação de dependentes previstos no art. 30-A, I, b ou d, ou no art. 30-A, II, c, daquele diploma (ou seja, titulares de pensão alimentícia), julga-se necessário observar os seguintes parâmetros, nessa estrita ordem sequencial:

- a teor do inciso I do § 2º do art. 30-B, definir a cota do(s) dependente(s) detentor(es) de PA, a qual será proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base para cálculo o valor total da pensão (calculada na forma do art. 29 da LC nº 769/08); em outras palavras, a cota desse(s) beneficiário(s) corresponderá, precisamente, ao percentual definido judicialmente, o qual, por sua vez, deverá incidir sobre o valor integral da pensão estatutária, previamente apurado na forma do art. 29;
- definida(s) a(s) sobredita(s) cota(s), se houver outros dependentes habilitados (sem percepção de PA), proceder-se-á ao cálculo das cotas correspondentes, nos termos do inciso II do § 2º do art. 30-B, tendo por base de cálculo, contudo, um novo valor de referência, correspondente ao saldo do valor da pensão que remanescer após deduzida(s) a(s) cota(s) de que trata o inciso I desse mesmo parágrafo. Com relação, ainda, ao cálculo dessas últimas cotas, cabe atentar para os parâmetros previstos no § 1º, incisos I e II, do art. 30-B, observando-se, por

⁵ Já que a ex-companheira não teria direito a perceber percentual maior do que o fixado judicialmente, conforme inciso I do § 2º do art. 30-B da LC nº 769/08.



necessário, a natureza da habilitação (vitalícia ou temporária) dos concorrentes, para fins de definição do rateio;

- respeitante ao critério limitador previsto no § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08, sua eventual incidência deve-se dar, exclusivamente, em função das cotas dos beneficiários de mesma natureza (vitalícia ou temporária), conforme definido no art. 30-A, vedando-se, assim, cotejamento cruzado; e*
- apurado excedente em relação à cota inicialmente definida para dependentes detentores de PA, por força da aplicação do sobredito limite, e não se encontrando tal circunstância regulada de forma expressa na LC nº 769/08, cabe ratear a parte glosada entre todos os beneficiários de mesma natureza, inclusive aquele com cota sujeita a glosa, excetuando-se dependente cuja cota definida nos termos do inciso I do § 2º do art. 30-B não requeira idêntica limitação.*

41. Forte então nessas considerações, concessa venia às conclusões descortinadas pela douta Secretaria de Fiscalização de Pessoal, à qual novamente se rende homenagem pela iniciativa do presente estudo, opina o Ministério Público por que o e. Plenário aprove a adoção dos parâmetros delineados no parágrafo precedente, dando-se disso ciência a todos os órgãos jurisdicionados obrigados à aplicação da LC nº 769/08."

É o relatório.

VOTO

Em sede de preliminar, cumpre-me assinalar que concordo com o douto Órgão Ministerial, quando afirma que a cota dos beneficiários de Pensão Alimentícia deve corresponder ao percentual definido em sede judicial. Minha adesão se dá por força do respeito à coisa julgada, garantia fundamental prevista na Lei Maior, cujo art. 5º, inciso XXXVI, lhe confere o seguinte tratamento:

"Art. 5º.

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;"



Assim sendo, penso que a definição do valor da pensão, se deferida judicialmente, deve ocorrer com a estrita observância da regra inscrita no preceito constitucional em tela.

A leitura que faço, encontra guarida na LC nº 769/2008, cujo art. 30-B estabeleceu:

"Art. 30 -B.

§ 1º. Não havendo dependentes previstos no art. 30-A, I,b ou d, ou no art. 30-A, II, c, deve-se observar, no cálculo da cota de cada pensionista, o seguinte:

I - havendo apenas um pensionista habilitado, o valor da cota corresponde ao valor da pensão;

II - ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor cabe aos habilitados à pensão vitalícia; a outra metade, aos habilitados à pensão temporária.

§ 2º Havendo dependentes previstos no art. 30-A, I,b ou d, ou no art. 30-A, II, c, aplica-se o seguinte:

I - a cota desses dependentes é calculada de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base para cálculo o valor total da pensão;

II - a cota dos demais dependentes, se houver, deve ser calculada² na forma do § 1º, tendo como base para cálculo o saldo do valor da pensão que remanescer após deduzir a cota de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 3º O valor apurado na forma do § 2º, I, fica limitado pela cota devida a cada beneficiário da pensão vitalícia ou da pensão temporária."

Do texto em tela depreende-se que:

"a) se não houver dependentes que percebam pensão alimentícia:

a.1) ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, 50% do valor da pensão caberá aos habilitados a perceber pensão vitalícia, 50% do valor aos habilitados a perceber pensão temporária;

a.2) havendo apenas um pensionista habilitado, o valor da cota corresponde ao valor da pensão;

b)havendo dependentes que percebam pensão alimentícia:



b.1) a cota desses dependentes é calculada de modo proporcional ao valor da pensão alimentícia percebida, tendo como base de cálculo o valor da pensão definido na forma do art. 29 da LC nº 769/2008;

b.2) a cota dos demais dependentes, se existirem, deve ser calculada na forma das alíneas a.1 ou a.2 supra, tendo como base de cálculo o saldo do valor da pensão que remanescer;

c) o valor apurado na forma da alínea b.1 fica limitado pela cota devida a cada beneficiário da pensão vitalícia ou da pensão temporária (redução), conforme o grupo a que pertencer o beneficiário que perceba a pensão alimentícia."

Concordo, pois, com o Ministério Público de Contas, quando assevera que está franqueada, em sede judicial, a possibilidade de requerer-se revisão de alimentos. Portanto, aquele(s) que, eventualmente, se sentir(em) prejudicado(s), deverá (ão) fazer uso dos meios legais para obter(em) a correção de eventuais injustiças.

Destarte, atento aos termos do parecer ministerial, que adoto como fundamento de decidir, **VOTO** no sentido de que o e. Plenário, considerando as regras consubstanciadas nos artigos 29, 30 e 30-B da Lei Complementar nº 769/2008 c/c o previsto no art. 30-A, inciso I, alíneas "b" ou "d" e inciso II, alínea "c", bem como no art. 30-C daquele diploma legal, decida que:

I - a teor do inciso I do § 2º do art. 30-B, a cota do beneficiário que perceber pensão alimentícia corresponderá, precisamente, ao percentual definido judicialmente, o qual, por sua vez, deverá incidir sobre o valor integral da pensão estatutária, previamente apurado na forma do art. 29;

II - definida(s) a(s) sobredita(s) cota(s) se houver outros dependentes habilitados (sem percepção de PA):

a) proceder-se-á ao cálculo das cotas correspondentes, nos termos do inciso II do § 2º do art. 30-B, tendo por base de cálculo, todavia, o saldo do valor da pensão que remanescer após deduzida(s) a(s) cota(s) de que trata o inciso I do mencionado parágrafo § 2º;

b) com relação, ainda, ao cálculo dessas últimas cotas, cabe atentar para os parâmetros previstos no § 1º, incisos I e II, do art. 30-B, observando-se, por necessário, a natureza da habilitação (vitalícia ou temporária) dos concorrentes, para fins de definição do rateio;



- III** - no tocante ao critério limitador (redutor) previsto no § 3º do art. 30-B da LC nº 769/08, sua eventual incidência deve-se dar, exclusivamente, em função das cotas dos beneficiários de mesma natureza (vitalícia ou temporária), conforme definido no art. 30-A, vedado o cotejamento cruzado; e
- IV** - constatada a presença de valor remanescente da cota inicialmente definida para beneficiários detentores de pensão alimentícia, por força da aplicação do sobredito limitador (redutor), e não se encontrando tal circunstância disciplinada de forma expressa na LC nº 769/08, poderá ocorrer o rateio da parte glosada entre todos os beneficiários de mesma natureza (vitalícios ou temporários), incluindo aquele com cota sujeita a glosa, excetuando-se o beneficiário cuja cota definida nos termos do inciso I do § 2º do art. 30-B não requeira idêntica limitação;
- V** - dê ciência desta aos Órgãos e Entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal, autorizando que a eles seja remetida cópia do parecer ministerial;
- VI** - autorize o arquivamento destes autos.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2013.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator